

O PAN que queremos!!

A menos de dois anos para o início dos Jogos Pan-Americanos de 2007, ao contrário do que anuncia a grande mídia, ainda pairam muitas controvérsias a respeito de sua implementação. As entidades responsáveis pela sua organização afirmam que tudo está sob controle: as obras dos equipamentos esportivos estão dentro dos prazos; os custos tiveram um pequeno aumento “esperado”, pois o orçamento final só será possível ao término dos Jogos; o transporte na cidade será resolvido através da implementação de corredores exclusivos para o deslocamento das delegações, como aconteceu na ECO-92; o volume de investimentos na cidade trará desenvolvimento e progresso; o sucesso dos Jogos será um caminho aberto para a candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2016.

Muito animador, não fossem alguns acontecimentos e questões que a imprensa insiste em omitir. Informações que deveriam ser publicizadas enquanto dados de uma gestão pública transparente e democrática.

Nesse sentido, o texto do geógrafo Jorge Luis Borges, militante do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, retrata a realidade de uma gestão da cidade voltada para interesses minoritários, promotores de desigualdade. Destaca o uso do aparato legislativo, seja pela aprovação de leis que favorecem interesses especulativos, seja pelo pouco uso que a população faz de um direito que é seu: o de acompanhar e reivindicar a formulação de leis que contribuam para o bem viver de *todos* os moradores da cidade.

O texto de Vitor Mello fala dos benefícios que os grandes eventos esportivos podem trazer a uma cidade, como no caso de Barcelona. Mas chama atenção para os possíveis prejuízos caso o planejamento do evento e sua implementação não sejam devidamente monitorados, como aconteceu em Montreal, São Domingo e Atenas. Monitoramento, vale ressaltar, entendido como a ampla participação da população no planejamento e execução das obras, na definição do orçamento e no destino dos equipamentos.

Também neste número trazemos depoimentos de representantes das comunidades de Vila Autódromo e do Entorno do Estádio Olímpico do Engenho de Dentro, que hoje estão vivendo sob ameaças de remoção e desapropriação, sem a devida atenção do poder público. Também a Federação das Associações de Moradores dá um outro panorama sobre os efeitos dos Jogos e da dificuldade em se mobilizar a coletividade para influir nos rumos dessas decisões, historicamente nas mãos dos governantes e não do povo.

A equipe do Fórum Popular do Orçamento apresenta um estudo comparativo dos gastos previstos para o ano de 2005 entre os Jogos Pan-Americanos 2007 e a Saúde do município, enfatizando a prioridade que a gestão pública tem dado aos Jogos, em detrimento das políticas sociais.

Assim, destacamos aqui o compromisso da Agenda Social firmado, por ocasião da candidatura da cidade do Rio de Janeiro aos Jogos Pan-Americanos de 2007, através do decreto Nº 23599 de 16 de outubro de 2003, que congrega um conjunto de 43 itens em investimentos sociais nas áreas com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,8. Os grupos populacionais priorizados serão: crianças e adolescentes; jovens; idosos; mulheres e gênero; portadores de deficiência e população em extremo risco social.

Empenhado em contribuir com a fiscalização da implementação dos Jogos com o cumprimento da Agenda Social e do uso público dos investimentos relacionados ao evento, o PACS vem participando do Comitê Social do Pan. O movimento, criado também com a contribuição dos Fóruns do Plano Diretor e do Orçamento, do Instituto Virtual dos Esportes, da FAM-RIO, hoje congrega outras iniciativas da Sociedade Civil, como o IBASE, movimentos sociais, comunidades diretamente afetadas, federações desportivas, entre outros.

Dando continuidade ao trabalho e convocando novos participantes para o Comitê, será realizado o Seminário “O Pan que queremos”. O evento acontece nos dias 19 e 20 de agosto, no auditório 33 da UERJ, com o objetivo de difundir informações sobre a implementação dos Jogos, identificar desafios e formular uma agenda de ação para os próximos dois anos. ☺

Assim, convidamos você a participar do Seminário para que, organizados, possamos influir nos rumos dessa organização e conquistar “O Pan que queremos!”

* Equipe Pacs





“Eles têm o dinheiro e a gente tem a união e a luta”

Os Jogos Pan-Americanos de 2007 não são sinônimo apenas de muita publicidade e de muitos milhões investidos em construção de estádios, vila olímpica, etc. Representam mudanças drásticas na vida de centenas de pessoas, afetadas direta ou indiretamente com as obras. Conversamos com três moradores de áreas atingidas pelas intervenções dos Jogos que relatam os principais problemas enfrentados. *Márcia Vera Vasconcelos*, moradora da Cruzada São Sebastião e presidente da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Fam-Rio); *Inalva Mendes Brito*, moradora e colaboradora do movimento comunitário da Vila Autódromo e *Aníbal Antunes*, morador e presidente da Associação de Moradores do Entorno do Estádio Olímpico João Havelange, o Engenho, falam dos impactos que os Jogos estão trazendo – desde já! – para a vida de suas comunidades. A conversa foi coordenada por Bruno Lopes.

Quais as implicações que os Jogos trarão para a sua comunidade?

Marcinha – Os Jogos mexem com a vida das pessoas. Por exemplo, remove pessoas pra construir um estádio.

Inalva – Para a minha comunidade está trazendo todas as implicações, de ordem psicológica, de ordem física, de ordem profissional, de auto-estima, ou melhor, de baixo-estima de todos, de preocupação, de aflição e de angústia.

Aníbal – A gente já trabalha no sentido do impacto que estará causando a quantidade de pessoas que estarão ali, em torno do estádio, com capacidade para 45 mil pessoas. Até agora não se tem um plano de escoamento, um plano viário. Então, com certeza, isso estará trazendo problemas para os moradores da comunidade local.

Vocês enfrentavam outros problemas na comunidade, antes da candidatura da cidade aos Jogos?

Marcinha – Não, lá Cruzada São Sebastião as pessoas tinham a vida tranqüila, tinham seu habitat normal, sua vida normal. Tinham os problemas que toda cidade tem, que é a falta de assistência pra todo mundo. Mas outros problemas, não. O pessoal tinha seu espaço pra jogar, seu campo de futebol, seu lugar de lazer, a sua birosca, a sua casa e não tinha problema nenhum.

Inalva – Por morarmos entre a Barra da Tijuca e Jacarepaguá, um lugar que no passado ninguém queria e hoje está super valorizado, sempre tivemos um problema por ocupar aquela área. Há 15 anos temos a espada na nossa cabeça. Agora, com os Jogos Pan-Americanos, nós estamos sofrendo a diáspora.

Aníbal – Nunca tivemos problemas, embora seja uma comunidade que já vinha sofrendo uma degradação por parte de falta de investimentos do poder público, dos nossos prefeitos, governadores. Mas é uma área que tinha seus espaços de lazer. Agora, com certeza, nós vamos ter problemas com os Jogos.

Qual a relação da Prefeitura com as comunidades que serão atingidas pelas obras?

Marcinha – A Prefeitura chega e coloca uma coisa que não é a verdade. A comunidade fica acreditando que aquilo que ela está propondo é uma maravilha. A Prefeitura não está entendendo o que a comunidade quer; ela chega e coloca que vai fazer. Não há diálogo, há imposição. São essas as dificuldades. Nós não somos contra o Pan. No fundo, a gente não é. Acharmos que é uma coisa importante pra cidade. Só que como a Prefeitura não dialoga, só impõe, não há espaço pra comunidade fazer a troca, pra perguntar. Então, a experiência com a Prefeitura, em toda as circunstâncias, tem sido muito ruim.

Inalva – A nossa relação com a Prefeitura sempre foi uma relação de medo, de insegurança e de autoritarismo por parte dela. Durante anos a Prefeitura tenta sempre nos colocar uma pecha de favelados, de invasores e de poluidores. O único momento em que a Prefeitura entrou na comunidade, nos disse que se tratava de um cadastramento para saneamento básico. A seguir, descobrimos que estávamos sendo enganados, porque lá no cadastramento constava um projeto *Morar sem risco*, e os meios de comunicação começaram a anunciar que se tratava de uma remoção. Enfim, a nossa relação com a Prefeitura sempre foi uma relação de insegurança e uma relação de medo.

Aníbal – Inclusive, a nossa área do Engenho de Dentro, em torno do estádio, é uma área que algum tempo atrás, antes da construção da Linha Amarela, tinha uma certa revitalização, tinha um movimento, tinha um comércio ativo, os moradores tinham seus espaços de lazer. O projeto inicial da construção da Linha Amarela era de que, no trecho do Engenho de Dentro e da Abolição, ela iniciaria lá perto da Avenida Dom Helder Câmara, antiga Suburbana, pelo alto, e ia até a entrada do pedágio do túnel pra, então, ir pra Jacarepaguá, pra Barra da Tijuca. Na verdade, quando começaram a implementar o projeto, eles botaram a Linha Amarela por baixo, cortando as principais ruas do bairro e, com isso, com certeza, degradando a região. A Prefeitura não veio fazer novos investimentos em relação à área de lazer, segurança e outras coisas mais. Então o bairro, realmente, ficou degradado, mas devido à falta de investimentos da Prefeitura.

Como a associação de moradores está se organizando para garantir seus direitos diante dessas intervenções da Prefeitura?

Marcinha – A associação de moradores busca a Federação e os seus companheiros de outras associações. Porque a Associação não tem um poder muito grande, um poder físico, mas ela tem o poder dos moradores. Então, quando ela consegue se organizar

em torno das suas comunidades, não só aquela que está sendo atingida, mas ela busca o apoio das outras associações da área, ela tenta discutir entre si, chamar quem está impondo as questões e buscar formas da gente resolver esses problemas. Sempre é assim, a Prefeitura não conversa com a gente. Como nós não somos tão fortes, o que a gente faz? A gente se reúne, se organiza, tira propostas, faz audiências públicas, vai pro Ministério Público, pra garantir. Qualquer coisa que a gente precise tem que ser assim, porque não há um espaço de eles escutarem a gente. Eles só escutam quando a gente faz uma mobilização, quando a gente faz uma manifestação. Fora disso, não há diálogo com a Prefeitura.

Inalva – A gente se organiza através da solidariedade entre os moradores e entre as outras associações. Estamos constantemente em contato com o Instituto de Terras do Rio de Janeiro, procuramos espaço na sociedade civil, no Ministério Público, no Ministério das Cidades. Fazemos todos os tipos de contato, para que ouçam a nossa voz e a gente tenha as nossas necessidades respondidas.

Aníbal – A associação Amete, que é a Associação dos Moradores do Entorno do Engenhão, está buscando essa organização perante os próprios moradores, através de reuniões, buscando as autoridades competentes na área. Estamos entrando com alguns pedidos também na ouvidoria do CREA pra buscar ajuda, apoio no que diz respeito à obra que está sendo feita lá. A gente está se organizando pra estar buscando audiência pública localizada, para o local onde vai acontecer a obra, o evento, e assim sejam discutidas todas essas questões. É uma organização, primeiro, com os próprios moradores do local pra, depois, buscar os órgãos competentes que possam estar nos auxiliando nessa luta.

Como agregar outras comunidades ou associações na mesma luta, já que o problema é comum em outras áreas da cidade?

Marcinha – Olha, a gente agrega mostrando pra outras comunidades que aquele problema não é só daquela pessoa. Às vezes, o problema é numa área, mas vai atingir uma grande porção de pessoas numa dimensão muito maior do que a do problema ali. A gente busca conversar com os outros moradores de toda aquela região pra vir se juntar com a gente nessa luta, porque a luta não é só daquela pessoa. O reflexo daquele movimento, daquela intervenção que está sendo feita ali, não é só pra aquelas pessoas e nem é só naquele momento. Aquilo vai ter referência num lugar bem distante de todo mundo. Então, a gente tem sempre essa preocupação de estar buscando apoio entre as pessoas da região, em outras entidades que possam nos dar socorro, buscando informações de técnicos pra poder responder à demanda. A gente tem que fazer essa ponte com outras organizações distantes, com outros órgãos, pra poder vencer, porque a batalha não é pequena, é uma batalha muito grande. O poderio de quem faz a intervenção é muito grande, muito maior do que a gente imagina, porque eles têm o dinheiro e a gente tem a questão da união e da luta. Fora disso, nós não temos mais nada.

Inalva – Nós só podemos sobreviver com a união de todos. Nós temos na nossa área vários movimentos por moradia. Por exemplo, o MUP, que é o Movimento União Popular, congregando 28 comunidades da área, comunidades essas que estão sendo também ameaçadas por desocupação. E ainda tem as associações e organizações como Fam-Rio, Faferj e toda a sociedade civil organizada, com quem a gente está sempre em contato, se reunindo e procurando os nossos direitos. Porque, como a Márcia diz, a gente tem que fazer dessa nossa fragilidade, uma força, uma voz, porque o poder oficial, o poder público é muito forte.

Aníbal – O problema é comum em outras áreas da cidade. E acho que a melhor forma de agregar é a informação. Então, a associação, a própria Fam-Rio estará aí buscando essas informações. E isso não é fácil, devido à própria Prefeitura e aos outros órgãos, mas mesmo assim nós estamos buscando essas informações e levando pras outras comunidades, levando pras outras associações. Informando os impactos que isso vai estar causando não só nos locais onde estarão acontecendo as obras e os Jogos, mas também nas áreas que, com certeza, estarão sendo atingidas por esse movimento todo. A gente sempre fala da questão do impacto, do negativo, mas, logicamente, a gente é a favor dos Jogos, a favor de todo esse movimento, mas que seja uma coisa bem organizada, bem planejada pra que nós, das comunidades, os moradores próximos aos locais, até os que não são próximos, não sofram as conseqüências.

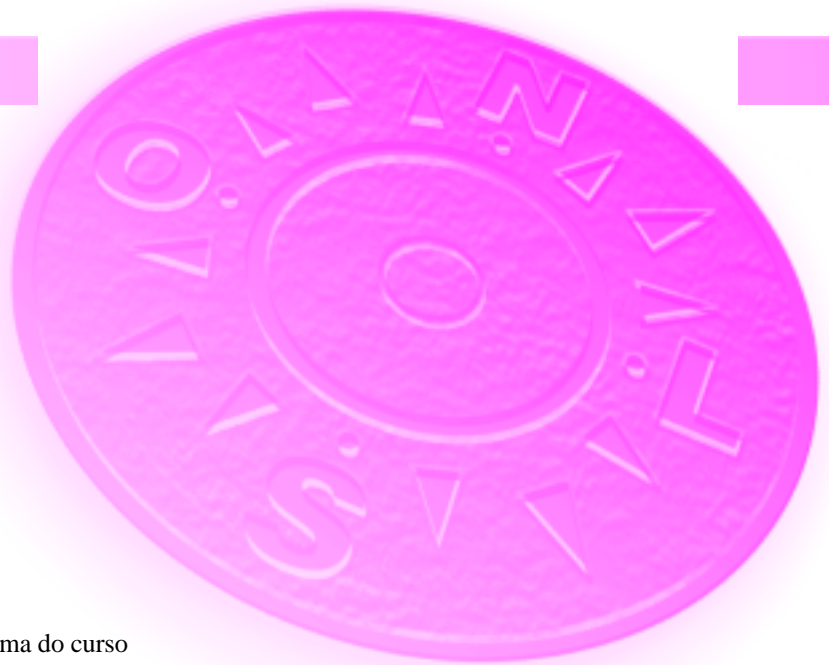
Inalva – A questão dos Jogos Pan-Americanos, como a palavra *pan* diz, significa todo. É para todo mundo. A gente deixa claro que não somos contra os Jogos Pan-Americanos, muito pelo contrário. Os Jogos têm o objetivo de unir as pessoas, unir as culturas, unir a sociedade. No nosso caso, temos o sentimento de exclusão social. Na Vila Autódromo, por exemplo, a Prefeitura nos identifica como poluidores ambientais, estéticos e visuais.

Existe algum apoio de entidades, movimentos ou do poder público à causa de vocês?

Marcinha – Do poder público, não. A gente tem vozes isoladas, conta com um vereador entre os 50. Agora, tem entidades que nos apóiam, que também pensam como a gente. A gente vive muito em cima da nossa utopia e da nossa força, porque a gente acredita que alguém lá do outro lado vai nos dar a mão. Então a gente se junta. O apoio que a gente tem é muito nessa questão, da gente se juntar com as pessoas que têm a mesma proposta que a nossa. Mesmo nas entidades, têm muito picareta e a gente busca se encontrar com aquelas entidades sérias, que vão nos ajudar. Aí aparece uma ONG, como a Fase, como o Ibase, como o PACS, como o Crea, que não é ONG, mas é uma entidade. A gente não morre sem ter com quem contar. Temos pessoas maravilhosas em vários setores da sociedade, que nos dão apoio, até internacional. A gente sempre consegue, se a gente também corre atrás de buscar. Se a gente fica só olhando pro umbigo e pensando que nada vai resolver, aí que você não sai do lugar.

Inalva – Eu concordo com a Marcinha. Temos algumas vozes isoladas do poder público, em contrapartida com muitos profetas da nossa desgraça. A gente até questiona isso: se continuarmos assim, isolados, alijados, desterrados, exilados dentro da nossa própria pátria, quando o poder público um dia precisar de empregados, operários e votos, onde nós estaremos?

Aníbal – Endosso a palavra das duas amigas aqui presentes e as entidades que foram citadas. Considerando essa falha do poder público, cabe a nós estarmos indo às entidades e saber realmente até que ponto elas poderão estar nos ajudando. ☺



Nova turma de mulheres

Estão abertas as inscrições para a terceira turma do curso Mulheres e Economia, que acontece a partir de 14 de setembro. Entre as questões a serem abordadas, estão conceitos básicos de economia e feminismo, trabalho e patriarcado, políticas públicas e mulheres, orçamento público, economia solidária. O curso, coordenado pela economista Sandra Quintela, é voltado para mulheres dos movimentos sociais de associações de moradores, de associação de mulheres, do movimento sindical, etc. Informações: (21) 2210 2124. ☺

Rede Ecológica abre novos núcleos

Novidades na Rede Ecológica do Rio de Janeiro. Depois de Urca, Santa Teresa, Tijuca, Humaitá e Copacabana, agora é a vez de Jacarepaguá ganhar um núcleo, reunindo consumidores preocupados com a preservação do meio ambiente e dispostos a fortalecer pequenas iniciativas de geração de renda. A Rede, que está completando quatro anos de atividade, vai lançar em breve um sítio com informações detalhadas sobre as atividades e produtos oferecidos. **Mais detalhes:** (21) 2263-6341. ☺

Conferência das Cidades

Já foram escolhidos os 226 delegados para as Conferências Estadual (30 de setembro, 1º e 2 de outubro) e Nacional das Cidades (20 de novembro, 1º, 2 e 3 de dezembro). A eleição dos delegados aconteceu nos dias 5, 6 e 7 de agosto, durante a Conferência Municipal das Cidades. O objetivo das Conferências é definir, de forma democrática, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Em 2003, a Conferência das Cidades elegeu o Conselho Nacional das Cidades, com representação de seis segmentos que incluem as diversas esferas do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada. Agora a Conferência irá tratar de quatro temas: participação e controle social; questão federativa; política urbana regional e regiões metropolitanas; e financiamento do desenvolvimento urbano, nos âmbitos federal, estadual e municipal. ☺

Esta é a hora!

No dia 7 de setembro, às 17h, o País vai parar. Essa é a proposta do Movimento Nacional pela Ética na Política, que está convocando a população brasileira a fazer panelaço, passeata, buzinaço, estender bandeiras, tocar corneta. O objetivo é protestar contra a atual situação e iniciar um movimento popular que produza uma verdadeira reforma político-administrativa, profunda, séria e radical. Informações: www.estaeahora.cjb.net ☺

Globalização discute PAN

Pan-Americano de 2007 – Grande negócio para quem? é o tema do quarto número da série Globalização e Solidariedade, lançado no dia 19 de agosto, durante o Seminário “Que Pan nós queremos?”. A publicação reúne artigos dos professores Licínio Portugal, da Coppe/UFRJ; do professor Gilmar Mascarenhas, do Departamento de Geografia da UERJ; do grupo de pesquisadores da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF; de Brian Martin, professor de Ciências,

Tecnologia e Sociedade na Universidade de Wollongong, na Austrália. Em comum, os textos apresentam análises dos impactos ecológicos, econômicos, sociais e urbanos que eventos de grande porte, como os Jogos Pan-Americanos e os Jogos Olímpicos, podem causar na cidade. Informações: (21) 2210 2124. ☺



Sobre o “Engenhão”

Jorge Luís Borges Ferreira*

As obras preparatórias para os Jogos Pan-Americano 2007 são um exemplo do que tem sido a política urbana implementada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Uma política urbana caracterizada por intervenções pontuais, com gastos de recursos públicos absurdamente concentrados, cujas principais repercussões são a reprodução ampliada da desigualdade e uma combinação de factóides midiáticos com desrespeito à legislação. No caso específico do Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, as informações sobre o projeto, quando aparecem, são sempre conflitantes. Vejamos algumas:

1. Custo total da obra
 - a. Segundo o portal oficial do Pan 2007, só a construção do estádio ficará em R\$166 milhões;
 - b. A Secretaria de Obras, também na internet, informa que o custo será de R\$202,7 milhões;
2. Vagas de estacionamento no estádio
 - a. Numa palestra, em março de 2005, no Clube de Engenharia, os responsáveis técnicos pelo projeto informaram que a oferta será de 520 vagas para carros e 30 para ônibus;
 - b. A Secretaria de Obras indica 1570 vagas para carros, 40 vagas para ônibus e 20 vagas para veículos de serviço;
3. Desapropriações
 - a. Em Audiência Pública realizada em maio de 2005, o Sr Ruy Cesar, Secretário Especial para o Pan 2007, disse que apenas os 14 imóveis localizados no terreno do estádio seriam desapropriados. Segundo ele: “em termos de desapropriação, para sistema viário, nós não vamos fazer nenhuma”;
 - b. Entretanto, mais uma vez, a Secretaria de Obras informa que estão previstos gastos de R\$14 milhões com desapropriações e mais R\$ 70 milhões para as várias obras no sistema viário do entorno.

Aliás, quanto ao sistema viário, estão previstas intervenções que incluem a canalização do rio Méier e a construção da Av Canal do rio Méier, um novo viaduto na rua da Abolição (sobre a Linha Amarela), a duplicação do Viaduto Castro Alves (Viaduto do Méier) e a reformulação dos acessos do Engenho de Dentro à Linha Amarela.

Além das obras em si, outro aspecto agravante da atual estratégia da Prefeitura para o entorno do estádio foi a aprovação da Lei 4.125/05, que institui a Área de Especial Interesse Urbanístico do Engenho de Dentro. Trata-se de uma lei que aumenta os parâmetros urbanísticos de vários logradouros dos bairros Engenho de Dentro, Méier, Cachambi, Todos os Santos, Encantado e Pilares. Esta Lei indica que os índices de aproveitamento de terreno passam dos 3,0 a 3,5, previstos no Plano Diretor, para até 4,2 e os gabaritos de construção em vários logradouros passam dos atuais três pavimentos para até dezoito pavimentos, dependendo da posição e da localização dos terrenos. Ou seja, campo aberto para a especulação imobiliária e para ação dos mega-incorporadores!

Assim, a construção do Estádio significa um flagrante desrespeito à Lei Orgânica do Município, cujo texto indica, expressamente, a OBRIGATORIEDADE do Poder Público de realização de Estudos de Impacto Ambiental e de Vizinhança para a “instalação de equipamentos urbanos e de infra-estrutura modificadores do meio ambiente” (Art. 444). Quanto à Lei 4.125/05, vê-se que não foi considerado o Art. 76, § 2º do Plano Diretor (Lei Complementar 16/92) que aponta a necessidade dos Estudos de Impacto de Vizinhança para quaisquer elevações de parâmetros apontados nas Áreas de Especial Interesse Urbanístico.

Por tudo isso, torna-se imperiosa a mobilização da sociedade carioca e, em particular, das populações nas áreas vizinhas ao estádio. Essa mobilização deverá caminhar no sentido de (1) Um questionamento (inclusive judicial) da Lei 4.125/05; (2) Exigência formal e imediata de um Estudo de Impacto de Vizinhança que contemple os projetos básico e executivo do Estádio Olímpico João Havelange, bem como todas as alterações previstas no sistema viário, nos termos da Lei Orgânica; (3) Esclarecimentos formais e documentados quanto a procedimentos, cronogramas e valores das desapropriações a serem feitas pela Prefeitura, com realização de negociações coletivas e Audiências Públicas nas áreas afetadas, garantindo a ampla participação das comunidades. ☺

*Geógrafo, especialista em Planejamento e Uso do Solo Urbano (IPPUR/UFRJ), Mestre em Planejamento de Transportes (COPPE/UFRJ), Membro do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor



Orçamento e o Pan

Faltando aproximadamente dois anos para a realização dos Jogos Pan Americanos de 2007, no Rio, cada vez mais cresce a discussão e os esforços em torno da sua implementação.

Uma forma de acompanhar, avaliar e criticar a implementação do evento é analisar o Orçamento, pois ele revela o que o Governo pretende fazer com todas as suas arrecadações. As análises realizadas pelo Fórum Popular do Orçamento (FPO-RJ), no que diz respeito aos Jogos Pan-Americanos são sob esta ótica. Este estudo, infelizmente, é marcado pela dificuldade de acesso às informações e pela falta de clareza naquelas acessíveis. As poucas informações disponíveis são superficiais e incompletas, assim como tudo o que diz respeito à preparação da cidade para os Jogos.

O FPO-RJ acompanha as despesas do orçamento da Prefeitura através de Programas de Trabalho (PT), que são projetos ou atividades presentes na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual que estabelecem onde o governo irá empregar seus recursos durante o ano. O PT “Jogos Pan-Americanos de 2007”, que visa preparar a cidade para a realização dos jogos, é o mais relevante em termos orçamentários. Seus principais objetivos são: construção do Estádio Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro, de ponte sobre o Canal do Marapendi, de um Parque Aquático, de um Velódromo, da Arena da Praia de Copacabana, obras no Complexo Esportivo do Rio Centro e no Complexo Esportivo Miécimo da Silva, além de Convênio com Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007.

A tabela abaixo nos mostra a diferença entre o valor disponível para ser gasto atualmente neste PT, em relação ao valor previsto no início do ano pela Lei Orçamentária Anual, que estabelece as dotações autorizadas a serem gastas por cada rubrica. Isso porque, ao longo dos meses, o Prefeito pode rearrumar os valores dos PTs de acordo com suas prioridades, o que resultou em uma redução de 36,5% da quantia original do programa supracitado. Por outro lado, durante os primeiros seis meses de 2005, toda a dotação restante foi empenhada, isto é, a Prefeitura já tem planos para aplicá-la, o que não significa necessariamente que, até o final do exercício, irá gastá-la. Até 01 de Julho de 2005, apenas metade da quantia empenhada, de fato, foi gasta na preparação da cidade.

Em contraste aos dados acima, temos o PT “Implantação de equipes de saúde da família em áreas de risco social”, que também tem como objetivo melhorar a cidade, porém no que concerne ao atendimento da população em determinadas áreas. Percebemos que o valor disponível inicialmente, de aproximadamente 64,5 milhões de reais, foi reduzido em 42%, restando 37,4 milhões de reais. O valor empenhado neste primeiro semestre corresponde a 34% da dotação atual. Quase todo este valor já está comprometido em gastos específicos. Ou seja, comparativamente ao Programa acima, não vemos depositado na área de saúde o mesmo nível de interesse e de priorização que há com as obras referentes aos Jogos.

Com base nesses dados, então, mostra-se cada vez mais necessário o olhar atento e crítico além, é claro, da mobilização de toda a população da cidade do Rio de Janeiro. Afinal, querendo ou não, todos seremos afetados, antes, durante e depois pelos Jogos Pan-Americanos. Tão importante ou mais do que isto é o acompanhamento constante da gestão dos governos, pois é dever de todo cidadão saber para onde está indo o dinheiro dos impostos que pagamos e quais são REALMENTE as áreas priorizadas ao longo de seus mandatos. ☺

		PAN	SAÚDE FAMÍLIA
Valor Disponível Inicialmente -Dotação Inicial			
– aprovada pela Lei Orçamentária Anual:	(-)	81.631.170,00	33.735.839,00
Acréscimos à Dotação Inicial:	(+)	654.000,00	6.719.527,38
Valor Contingenciado:	(-)	2.066.526,05	0
Valor Disponível Atualmente - Dotação Atualizada:	(=)	51.899.877,32	37.393.458,38
Valor Empenhado da Dotação Atualizada:		51.899.877,31	12.727.820,80
Valor Liquidado:		25.197.940,34	12.602.656,24

Pesquisadores em Orçamento Público do Fórum Popular do Orçamento: Ana Malburg, Júlia Martins, Thiago Marques.

Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Apoio: Christian Aid, Trocaire e Ação Quaresmal

Coordenação-Geral: Marcos Arruda

Coordenação de Programas: Sandra Quintela

Equipe: Jussara Oliveira, Kátia Aguiar, Lycia Ribeiro, Maria Eduarda Fernandes, Renata Lins, Robson Patrocínio, Rosana Lobata, Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes e Terezinha Pimenta.

Estagiários: Bruno Lopes e Maiara F. Silva

Cooperante: Alain Simon.

Distribuição: Gustavo Jorge Vaccihi e Leilane Brito

Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares? Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609

Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. nº 2.476,

de 17/12/2003 - D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social -

inscrição nº 620 - D.O.M. de 28/10/2003

Edição: Lycia Ribeiro MTB-899/04/105CE

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Impressão: Grafthaly

Tiragem: 2.500 exemplares